

Pais de alunos se unem contra mensalidades altas

Pouco mais de 100 pais de alunos do colégio Alvorada se reuniram, ontem, no auditório da escola, na 916 Norte, para discutirem mecanismos capazes de vetar o "aumento abusivo das mensalidades". A reunião serviu mais de protesto para os pais, que se revoltaram ao receber a taxa referente a mensalidade de junho. O aluno do 1º grau que pagou Cz\$ 8.685 em maio, vai pagar Cz\$ 15.670 em junho. Já o do 2º grau, que pagou Cz\$ 11.080, vai pagar Cz\$ 16.549.

Durante a reunião, que durou meia hora, os pais não chegaram a uma proposta concreta. Eles não definiram se entram na justiça ou se tentam um acordo com a direção da escola. Por isto, marcaram novo encontro para terça-feira, às 20h00, no próprio colégio, para definirem o caminho que irão tomar. Enquanto isto, será feita uma mobilização para levar o maior número de pessoas. Ontem, o comparecimento foi considerado expressivo, uma vez que a escola não tem associação de pais ou outra entidade encarregada de mobilizar a categoria.

Mensalidades

Os pais distribuíram, na reunião, uma tabela mostrando o que deveriam pagar e o que a escola cobrou desde março. Segundo os cálculos feitos com base nas informações obtidas no Grupo Executivo de Defesa do Consumidor (Procon) e na Associação de Pais e Alunos (APA-DF), as mensalidades dos meses de março, abril, maio e junho, do 2º grau, seriam, respectivamente, Cz\$ 6.974, Cz\$ 8.103, Cz\$ 9.415 e Cz\$ 11.080. No entanto, a escola cobrou — neste mesmo período — Cz\$ 7.977, Cz\$ 9.268, Cz\$ 10.769 e Cz\$ 16.549.

Os números da escola divergem dos números dos pais. O diretor da escola, José Teixeira da Costa Nazareth, não desmentiu os valores pagos pelos pais, mas disse que os valores que deveriam ser pagos nos meses de março, abril e maio eram Cz\$ 10.550, Cz\$ 12.258 e Cz\$ 14.243, respectivamente, chegando aos Cz\$ 16.549 em junho. Ele disse que este aumento foi autorizado pelo Conselho Federal de Educação, para o segundo semestre do ano passado. "Como não deu para corrigir a defasagem,

porque o parecer número 1068/87, saiu em dezembro, nós transferimos para este ano", explicou.

O funcionário público, Gleí Chaves, de 47 anos, que tem dois filhos matriculados no Alvorada, apresentou outra versão. Mostrando um parecer de número 425/88, aprovado pelo Conselho Federal de Educação no dia 6 de maio último, ele disse que foi autorizado um aumento de 66,82% retroativo a janeiro. "Este parecer já havia sido rejeitado pela Comissão de Encargos Educacionais e o colégio apelou para o Conselho, onde um dos membros é dono da escola", disse ele.

Gleí Chaves é funcionário do Banco do Brasil e disse que deixou de pagar a escola desde março, por causa dos aumentos. "Se for fazer os cálculos da minha dívida, de acordo com os números da escola, ultrapassa a Cz\$ 75 mil. Eu não posso pagar estes aumentos com a URP congelada", se defendeu ele. Em situação de desespero se encontrava Rosane Vasconcelos de Almeida, mãe de três filhos matriculados no Alvorada. Sua renda familiar é de Cz\$ 100 mil e com o aumento de junho seu gasto com escola vai ultrapassar Cz\$ 45 mil, quase 50% de sua renda.

Para Consuelo Guimarães, pedagoga com mestrado em educação, o pior da escola é a qualidade do ensino. "Já fui à direção me oferecer para ajudar em um projeto para melhorar a qualidade do ensino — mas nunca fui chamada", disse ela. Com dois filhos no Alvorada, ela disse que além do ensino estar decaindo, os professores são inexperientes e a escola não tem disciplina. A crítica de Lícia Costa, mãe de dois filhos na escola, também é a respeito do nível de ensino. "Como o colégio pode parar as aulas por uma semana, para promover gincana?" disse ela indignada.

Para mostrar a irre realidade dos aumentos dos preços das mensalidades do colégio Alvorada, os pais fizeram uma comparação entre os índices registrados durante o ano. A inflação foi de 359,92%, aluguel 330,59%; e os reajustes salariais com um aumento médio de 124,04% enquanto que a escola aumentou em 545,91% as mensalidades do 1º grau e em 1.115,92% as do 2º grau.

Escola barra quem não pagou

Alegando a falta de pagamento da matrícula e das mensalidades escolares, a direção do Centro de Ensino Viver impediu que dois de seus alunos — uma menina de 12 anos e um menino de oito — entrassem no estabelecimento. A denúncia foi feita pela mãe das crianças, Maria Viana de Almeida, que considerou a atitude da escola "uma irresponsabilidade, porque não houve comunicação prévia".

Maria Viana explicou que há seis anos seus filhos estudam na Viver, sempre pagando antecipadamente e de uma só vez as mensalidades. Este ano, devido às mudanças e conflitos quanto ao valor, ela e o marido optaram, através de acordo com a direção da escola, por pagar as mensalidades no final do primeiro semestre.

Há aproximadamente um mês, contou Maria Viana, o filho caçula voltou para casa com um

comunicado na agenda — utilizada para avisos entre pais e professores — dizendo que as prestações tinham de ser pagas e alguns documentos preenchidos. A mãe completou lembrando que seu marido esteve na escola duas vezes e preencheu todos os formulários.

Segundo a diretora da escola, que se identificou apenas como Heloísa, vários comunicados foram encaminhados aos pais das crianças, sem nenhuma resposta, e "os contatos por telefone eram praticamente impossíveis". Ela contou que não foi feito nenhum acordo no sentido de ter as mensalidades pagas no final do semestre. "Inclusive eu não tenho poder para fazer este tipo de acordo", justificou. Heloísa explicou que as crianças não tinham nenhum registro de matrícula e que temia uma inspeção do Conselho Federal de Educação.